



AUDIÊNCIAS VIRTUAIS E O DIREITO À AMPLA DEFESA DOS VULNERÁVEIS

VIRTUAL HEARINGS AND THE RIGHT TO BROAD DEFENSE OF THE VULNERABLE

AUDIENCIAS VIRTUALES Y EL DERECHO A LA DEFENSA AMPLIA DE LOS VULNERABLES



<https://doi.org/10.56238/levv16n49-109>

Data de submissão: 26/05/2025

Data de publicação: 26/06/2025

Danielle Santos Coêlho de Carvalho Rocha

Pós graduada em Direito Imobiliário, Mestranda em Ciências Jurídicas, Técnico Judiciário do Tribunal de Justiça de Pernambuco

Danielle de Vasconcelos Peixoto

Pós graduada em Direito Público, Mestranda em Ciências Jurídicas, Analista Judiciário do Tribunal de Justiça de Pernambuco

Disciplina: Direitos fundamentais, Acesso à Justiça e Novos direitos
Professora/Orientadora: Dra. Thays de Mello Giaimo

RESUMO

A digitalização do Judiciário, intensificada pela pandemia de COVID-19, tem promovido a adoção de audiências virtuais, impulsionada por normativas como a Lei nº 11.419/2006 e o Código de Processo Civil de 2015. A transição para o ambiente digital visa ampliar o acesso à justiça, mas traz desafios relacionados à garantia do direito à ampla defesa, especialmente para grupos vulneráveis, que enfrentam barreiras tecnológicas, culturais e estruturais. Este artigo analisa, sob a ótica do Direito Comparado, as implicações das audiências virtuais no exercício do contraditório, comparando a realidade brasileira com a de outros sistemas jurídicos. O estudo propõe medidas para melhorar o acesso à defesa, como investimentos em inclusão digital e capacitação dos operadores do direito. A pesquisa busca contribuir para um ambiente judicial digital mais inclusivo e acessível, respeitando os direitos fundamentais.

Palavras-chave: Audiências Virtuais. Ampla Defesa. Vulnerabilidade. Direito Comparado. Inclusão Digital. Tecnologia no Judiciário.

ABSTRACT

The digitalization of the Judiciary, accelerated by the COVID-19 pandemic, has promoted the adoption of virtual hearings, supported by regulations such as Law No. 11.419/2006 and the 2015 Civil Procedure Code. The transition to the digital environment aims to expand access to justice but presents challenges concerning the guarantee of the right to full defense, especially for vulnerable groups, who face technological, cultural, and structural barriers. This article analyzes, from a Comparative Law perspective, the implications of virtual hearings on the exercise of adversarial proceedings, comparing the Brazilian reality with other legal systems. The study proposes measures to improve access to defense, such as investments in digital inclusion and the training of legal operators. The research aims

to contribute to a more inclusive and accessible digital judicial environment that respects fundamental rights.

Keywords: Virtual Hearings. Full Defense. Vulnerability. Comparative Law. Digital Inclusion. Technology in the Judiciary.

RESUMEN

La digitalización del Poder Judicial, intensificada por la pandemia de COVID-19, ha promovido la adopción de audiencias virtuales, impulsada por normativas como la Ley n.º 11.419/2006 y el Código de Procedimiento Civil de 2015. La transición al entorno digital busca ampliar el acceso a la justicia, pero presenta desafíos relacionados con la garantía del derecho a la defensa integral, especialmente para los grupos vulnerables, que enfrentan barreras tecnológicas, culturales y estructurales. Este artículo analiza, desde la perspectiva del Derecho Comparado, las implicaciones de las audiencias virtuales en el ejercicio de los procedimientos contradictorios, comparando la realidad brasileña con la de otros sistemas jurídicos. El estudio propone medidas para mejorar el acceso a la defensa, como inversiones en inclusión digital y la formación de profesionales del derecho. La investigación busca contribuir a un entorno judicial digital más inclusivo y accesible, que respete los derechos fundamentales.

Palabras clave: Audiencias Virtuales. Defensa Integral. Vulnerabilidad. Derecho Comparado. Inclusión Digital. Tecnología en el Poder Judicial.

1 INTRODUÇÃO

A transformação digital no âmbito do Judiciário representa uma das mais relevantes inovações processuais das últimas décadas. A urgência provocada pela pandemia de COVID-19 acelerou a adoção de audiências virtuais, impulsionadas por normativas que modernizaram os procedimentos judiciais no Brasil, como a Lei nº 11.419/2006 e o Código de Processo Civil de 2015. Essa mudança não apenas amplia a celeridade e a economia de recursos, mas também desafia os sistemas tradicionais, exigindo uma reestruturação das práticas processuais para garantir a observância dos direitos fundamentais.

A transição do ambiente presencial para o digital, embora inovadora, levanta questões complexas relativas à efetividade do contraditório e à ampla defesa. Esses desafios se intensificam para os grupos vulneráveis, que muitas vezes encontram dificuldades no acesso a equipamentos tecnológicos, conexões de internet de qualidade e treinamento adequado para lidar com as novas plataformas. Assim, o presente estudo busca investigar, de maneira comparada, como as audiências virtuais podem afetar o direito à ampla defesa e de que forma medidas de inclusão digital e capacitação dos operadores podem mitigar os riscos de exclusão.

Dentre os questionamentos centrais deste artigo, destacam-se:

- **Quais as barreiras tecnológicas que dificultam a participação plena dos jurisdicionados?**
- **De que maneira as limitações culturais e operacionais influenciam o uso efetivo das audiências virtuais?**
- **Como as experiências internacionais podem oferecer subsídios para a melhoria dos procedimentos no contexto brasileiro?**

Ao responder essas questões, o artigo pretende contribuir para a construção de um sistema judiciário que harmonize inovação tecnológica e respeito aos direitos processuais, especialmente para aqueles que se encontram em situação de vulnerabilidade.

Além disso, a inserção de audiências virtuais demanda atenção à padronização procedimental entre os tribunais. A ausência de critérios uniformes pode resultar em decisões conflitantes e em insegurança jurídica, especialmente quando diferentes varas e tribunais adotam sistemas distintos ou procedimentos divergentes. A harmonização dos procedimentos é essencial para assegurar isonomia e previsibilidade nos atos processuais virtuais.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

A modernização dos processos judiciais, iniciada com a informatização prevista na Lei nº 11.419/2006 e aprofundada pelo Código de Processo Civil de 2015, trouxe à tona uma série de desafios e oportunidades para o sistema judiciário. Diversos autores têm enfatizado que a digitalização, embora

traga ganhos inegáveis em termos de agilidade e economia, requer uma análise cuidadosa para evitar que a tecnologia se transforme em barreira ao acesso à justiça.

Autores como Marinoni, Arenhart e Mitidiero (2015) e Mirabete (2017) discutem a necessidade de um equilíbrio entre a inovação e a preservação dos direitos fundamentais, destacando que a efetividade da ampla defesa não pode ser comprometida pela migração para o ambiente digital. Estudos recentes apontam ainda a importância de políticas públicas voltadas à inclusão digital, ressaltando que o acesso desigual às tecnologias pode acentuar desigualdades já existentes, afetando especialmente os grupos mais vulneráveis (Araújo, 2022; Silva, 2022).

A revisão bibliográfica revela que, para garantir o contraditório e a plena defesa no contexto digital, é imprescindível a implementação de programas de capacitação e o desenvolvimento de plataformas com interfaces intuitivas. A literatura comparada, conforme apresentado por Glendon et al. (2019), reforça a ideia de que a experiência internacional pode oferecer importantes lições para a adaptação dos sistemas jurídicos nacionais às demandas do mundo digital.

Este panorama teórico fundamenta a análise subsequente, permitindo uma reflexão crítica sobre os avanços e as limitações das audiências virtuais, com especial atenção aos desafios enfrentados pelos jurisdicionados em situação de vulnerabilidade.

Outro aspecto relevante diz respeito ao impacto psicológico do ambiente virtual nos jurisdicionados, em especial naqueles que não estão habituados ao uso de tecnologias. Estudos demonstram que a falta de contato físico com o ambiente judicial pode gerar sensação de distanciamento e despersonalização, o que afeta diretamente a percepção de justiça e legitimidade do processo. Assim, aspectos psicossociais devem ser considerados na avaliação da eficácia das audiências virtuais.

3 PANORAMA JURÍDICO DAS AUDIÊNCIAS VIRTUAIS

A consolidação das audiências virtuais no Brasil reflete um esforço contínuo de modernização do sistema judiciário, fundamentado em inovações legislativas, normativas e administrativas que visam adaptar o processo judicial às exigências da era digital. Esse processo teve início com a Lei nº 11.419/2006, que introduziu a informatização dos processos judiciais, e foi intensificado pelo Código de Processo Civil de 2015, o qual aprimorou os procedimentos processuais ao incorporar dispositivos que favorecem a utilização de recursos eletrônicos (Brasil, 2006; Brasil, 2015). Tais instrumentos legais não apenas criaram as condições para a realização de sessões por meio de plataformas digitais, mas também estabeleceram princípios essenciais para a manutenção da segurança jurídica, da transparência processual e da proteção dos direitos fundamentais, como o contraditório e a ampla defesa.

Dentro desse contexto, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) tem desempenhado um papel estratégico. Por meio da emissão de manuais, orientações e recomendações, o CNJ atua na padronização e no aperfeiçoamento dos procedimentos adotados nas audiências virtuais. Essas diretrizes visam assegurar a integridade dos atos processuais em meio digital, enfatizando a importância da segurança dos dados, da autenticidade das comunicações eletrônicas e da preservação da transparência nos registros judiciais (CNJ, s.d.). A atuação do CNJ é crucial para estabelecer um ambiente de confiança, onde as inovações tecnológicas são incorporadas sem comprometer as garantias processuais dos jurisdicionados.

A análise comparada com outros sistemas jurídicos evidencia que as práticas adotadas no exterior podem oferecer subsídios valiosos para o aprimoramento do modelo brasileiro. Nos Estados Unidos, por exemplo, a implementação de audiências virtuais é acompanhada por investimentos robustos em infraestrutura tecnológica e por protocolos operacionais que asseguram a eficácia e a segurança dos processos eletrônicos. No Reino Unido, a integração de treinamentos contínuos para os operadores do direito e o desenvolvimento de plataformas com interfaces intuitivas permitiram uma transição gradual e bem-sucedida para o ambiente digital. Essas experiências internacionais demonstram que a conjugação de uma base normativa sólida com programas de capacitação e suporte técnico é essencial para evitar a exclusão de jurisdicionados e para garantir que todos os atores do sistema judicial se beneficiem igualmente das inovações tecnológicas (Glendon et al., 2019).

Apesar dos avanços observados, o panorama jurídico das audiências virtuais ainda apresenta desafios que exigem atenção contínua. Entre as questões a serem aprimoradas, destacam-se:

- **A necessidade de mecanismos de suporte técnico abrangentes**, que possam atender às demandas emergentes decorrentes da utilização intensiva de plataformas digitais, especialmente em situações de sobrecarga ou falhas operacionais;
- **O desenvolvimento de políticas públicas de inclusão digital** que garantam o acesso equitativo à tecnologia para todos os jurisdicionados, sobretudo aqueles em situação de vulnerabilidade;
- **A promoção de uma cultura de capacitação permanente** para operadores do direito, de modo a mantê-los atualizados sobre as inovações tecnológicas e os procedimentos específicos do ambiente virtual.

Essas medidas são fundamentais para que a digitalização do Judiciário se consolide como um instrumento de eficiência e acesso à justiça, sem comprometer os princípios processuais que regem o sistema. A evolução contínua do arcabouço normativo, aliada à implementação de práticas de treinamento e investimento em infraestrutura, representa o caminho para superar os desafios atuais e futuros das audiências virtuais.

Em síntese, a consolidação das audiências virtuais no Brasil é um marco na modernização do sistema judiciário, cuja eficácia dependerá da harmonização entre o suporte legal e administrativo e a capacidade de adaptação dos operadores e jurisdicionados. A integração de experiências internacionais e a constante revisão das diretrizes são elementos essenciais para transformar a inovação tecnológica em um avanço efetivo no acesso à justiça, mantendo o equilíbrio entre eficiência e a proteção dos direitos fundamentais.

4 AUDIÊNCIAS VIRTUAIS E O DIREITO À AMPLA DEFESA DOS VULNERÁVEIS

A adoção das audiências virtuais tem sido celebrada como um avanço significativo na modernização do sistema judiciário, promovendo a redução de custos operacionais, a maior celeridade processual e a possibilidade de atendimento a um volume ampliado de demandas (BRASIL, 2015). Entretanto, esse novo paradigma também impõe desafios que afetam diretamente a garantia do direito à ampla defesa, especialmente para os grupos que se encontram em situação de vulnerabilidade (CNJ, s.d.).

Em um ambiente digital, a efetividade do contraditório e da ampla defesa está intrinsecamente ligada à qualidade do acesso à tecnologia e ao domínio das ferramentas utilizadas durante os atos processuais. Jurisdicionados que não dispõem de equipamentos adequados, conexões de internet estáveis ou que não possuem a familiaridade necessária com os recursos digitais podem ver sua participação comprometida, comprometendo o equilíbrio processual (Mitidiero, 2020). Essa dificuldade técnica prejudica a interação clara entre as partes e o magistrado, fato que é essencial para que todos os argumentos sejam devidamente apresentados e avaliados.

A problemática da exclusão digital se agrava quando se observa que os grupos socialmente vulneráveis – como pessoas de baixa renda, indivíduos com deficiência e populações em áreas remotas – enfrentam barreiras históricas no acesso às tecnologias da informação (Araújo, 2022; Silva, 2022). A carência de políticas públicas robustas de inclusão digital intensifica essa disparidade, evidenciando a necessidade de desenvolver mecanismos que ofereçam suporte técnico e treinamento específico para esses jurisdicionados. Dessa forma, a promoção de um ambiente digital inclusivo exige um compromisso institucional que vá além da simples implementação de plataformas, alcançando a democratização do acesso à tecnologia.

Pesquisas recentes ressaltam que a garantia do direito à ampla defesa, no contexto das audiências virtuais, passa necessariamente pela criação de estratégias de apoio que integrem assistência técnica durante as sessões e a oferta de programas de capacitação para operadores do direito e para os jurisdicionados (Freitas, 2020; Mitidiero, 2020). Tais iniciativas são fundamentais para assegurar que, independentemente das condições socioeconômicas ou do nível de familiaridade com o ambiente digital, todos possam interagir de maneira plena e eficaz com os sistemas judiciais eletrônicos.

Além disso, a segurança dos dados e a proteção da privacidade configuram aspectos fundamentais na realização de audiências virtuais. A integridade das informações e a confidencialidade dos atos processuais devem ser garantidas para evitar que aspectos tecnológicos comprometam os direitos processuais dos envolvidos (BRASIL, 2015). Assim, é indispensável que medidas de segurança cibernética – como criptografia e autenticação robusta – sejam implementadas em paralelo com os esforços de inclusão digital, fortalecendo a confiança dos jurisdicionados no novo modelo de condução dos processos.

O desafio de conciliar a modernização tecnológica com a efetividade do direito à ampla defesa exige uma abordagem interdisciplinar e a integração de diversas medidas. A superação das barreiras impostas pela exclusão digital dependerá, em última análise, do desenvolvimento contínuo de políticas públicas que promovam a inclusão e da implementação de programas de capacitação que preparem tanto os operadores do direito quanto os jurisdicionados para as exigências do ambiente digital (CNJ, s.d.; Mitidiero, 2020).

Importante destacar que a ausência de uma política pública coordenada de infraestrutura digital afeta não apenas os cidadãos, mas também a própria estrutura do Judiciário. Em muitas comarcas do interior, por exemplo, os fóruns ainda não dispõem de equipamentos adequados ou conexão estável, o que compromete a realização das audiências virtuais e a efetividade dos atos processuais.

Em síntese, para que a transformação digital do Judiciário se consolide como um instrumento de justiça inclusiva, é necessário adotar um conjunto integrado de soluções que envolva não apenas a modernização dos sistemas, mas também o fortalecimento de mecanismos de suporte e a garantia de acesso equitativo à tecnologia. Dessa forma, será possível assegurar que o direito à ampla defesa seja plenamente exercido por todos, mantendo o equilíbrio processual e a efetividade do contraditório em um contexto cada vez mais digital (Freitas, 2020).

5 DIREITO COMPARADO: LIÇÕES E PROPOSTAS PARA O CONTEXTO BRASILEIRO

A análise comparada de sistemas jurídicos internacionais revela abordagens inovadoras na implementação de audiências virtuais, oferecendo lições que podem ser adaptadas ao cenário brasileiro. Jurisdições como as dos Estados Unidos e do Reino Unido demonstram que o sucesso na condução de processos digitais não depende apenas da adoção de tecnologias avançadas, mas também da criação de um conjunto integrado de políticas, capacitação e suporte técnico que garantam a eficácia e a segurança dos procedimentos (Glendon, Carozza & Picker, 2019).

Nos Estados Unidos, a digitalização dos processos judiciais é acompanhada por uma infraestrutura tecnológica robusta. O sistema americano incorpora tecnologias de autenticação avançadas, criptografia de dados e protocolos rigorosos de segurança, que visam prevenir fraudes e garantir a integridade dos atos processuais (Glendon et al., 2019). Além disso, a existência de uma

rede de suporte técnico contínuo e a oferta de treinamentos regulares para operadores do direito minimizam os riscos de interrupções ou falhas operacionais, reforçando a confiança dos jurisdicionados no sistema digital.

No Reino Unido, destaca-se a ênfase na criação de plataformas intuitivas e na constante atualização dos sistemas para atender às demandas dos usuários. As audiências virtuais britânicas beneficiam-se de interfaces amigáveis e de recursos de acessibilidade que facilitam a participação dos jurisdicionados, independentemente de sua familiaridade com tecnologias digitais (Glendon et al., 2019). Adicionalmente, o investimento em programas de capacitação específicos para advogados, juízes e demais operadores do direito tem se mostrado crucial para manter a eficácia e a segurança dos processos eletrônicos.

Com base nessas lições internacionais, é proposto um conjunto de medidas estratégicas adaptáveis ao sistema judicial brasileiro, visando consolidar um modelo de justiça digital que seja moderno, seguro e inclusivo:

- **Integração de Tecnologias de Segurança e Suporte Técnico:** É fundamental investir na modernização da infraestrutura tecnológica do Judiciário, adotando sistemas de autenticação robustos, como o uso de biometria e criptografia avançada, para assegurar a integridade dos dados processuais (Brasil, 2015). Além disso, a criação de uma central de suporte técnico com atendimento 24 horas pode facilitar a resolução imediata de problemas, minimizando interrupções durante as audiências virtuais (CNJ, s.d.).
- **Programas de Capacitação e Treinamento Contínuo:** A formação especializada dos operadores do direito deve ser uma prioridade, com a implementação de cursos e workshops regulares que abordem o uso das plataformas digitais, os protocolos de segurança e as melhores práticas operacionais (Marinoni, Arenhart & Mitidiero, 2015). Essa atualização constante pode ser realizada por meio de parcerias com instituições de ensino e centros de pesquisa, garantindo que o corpo jurídico esteja preparado para as inovações tecnológicas (Glendon et al., 2019).
- **Políticas Públicas de Inclusão Digital:** A ampliação do acesso à internet de qualidade e a disponibilização de equipamentos tecnológicos adequados são medidas essenciais para democratizar o acesso à justiça. Políticas públicas que incentivem a inclusão digital devem ser implementadas, especialmente para populações em situação de vulnerabilidade, de modo a reduzir as desigualdades existentes (Araújo, 2022; Silva, 2022).
- **Desenvolvimento de Plataformas Customizadas:** O desenvolvimento de sistemas com interfaces intuitivas e recursos de acessibilidade – como compatibilidade com dispositivos móveis, legendas e modos de leitura facilitada – é crucial para reduzir barreiras operacionais. A integração de tecnologias emergentes, como inteligência artificial e análise

de dados, pode otimizar a gestão dos processos judiciais e a identificação proativa de falhas, contribuindo para a eficiência do sistema (Glendon et al., 2019).

- **Fomento à Pesquisa e Inovação no Setor Judiciário:** Incentivar a colaboração entre o setor público, universidades e empresas de tecnologia pode resultar na criação de projetos inovadores aplicáveis ao ambiente digital do Judiciário. Esse fomento à pesquisa permite o acompanhamento contínuo das melhores práticas internacionais, facilitando a rápida incorporação de inovações que fortaleçam a segurança e a eficácia das audiências virtuais (Glendon et al., 2019).

A implementação dessas propostas tem o potencial de transformar o cenário das audiências virtuais no Brasil, promovendo não apenas a modernização dos processos judiciais, mas também a ampliação do acesso à justiça de forma equitativa. Ao integrar lições extraídas de experiências internacionais com medidas específicas para o contexto nacional, o sistema judiciário brasileiro poderá superar os desafios tecnológicos e operacionais, garantindo a efetividade dos direitos processuais e a inclusão de todos os jurisdicionados (Glendon et al., 2019).

Em suma, a conjugação de investimentos tecnológicos, programas de capacitação e políticas de inclusão digital emerge como elemento essencial para a consolidação de um modelo de justiça digital moderno e seguro. Essas iniciativas, fundamentadas em uma análise comparada robusta, representam caminhos estratégicos para transformar os desafios atuais em oportunidades de evolução, garantindo que a modernização do Judiciário se configure como um verdadeiro instrumento de democratização e justiça (Marinoni et al., 2015).

Vale observar também que alguns países têm adotado estratégias inovadoras como o uso de salas públicas equipadas com infraestrutura tecnológica para realização de audiências virtuais, acessíveis a pessoas que não dispõem de meios em suas residências. Essa solução híbrida pode ser um modelo viável para o Brasil, especialmente em regiões com baixa inclusão digital, pois garante o acesso assistido à justiça digital.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que a modernização dos processos judiciais por meio das audiências virtuais representa um avanço paradigmático para o sistema jurídico brasileiro. As transformações tecnológicas, impulsionadas pela pandemia de COVID-19 e consolidadas por dispositivos normativos como a Lei nº 11.419/2006 e o Código de Processo Civil de 2015, têm promovido a celeridade processual e a otimização dos recursos (BRASIL, 2015). No entanto, essa transição para o ambiente digital impõe desafios relevantes, especialmente no que tange à garantia do direito à ampla defesa para os grupos mais vulneráveis, conforme apontam estudos recentes (CNJ, s.d.; Mitidiero, 2020).

A análise realizada evidencia que a digitalização do Judiciário não pode ser considerada um fim em si mesma, mas sim um meio que deve ser acompanhado por políticas públicas robustas de inclusão digital e programas de capacitação contínua para os operadores do direito. Experiências internacionais demonstram que o sucesso das audiências virtuais depende da integração entre tecnologias de ponta, suporte técnico permanente e formação especializada (Glendon et al., 2019). Dessa forma, é imprescindível que o sistema brasileiro adote uma estratégia integrada, que garanta a efetividade dos direitos processuais sem perpetuar ou agravar desigualdades existentes (Araújo, 2022; Silva, 2022).

Ademais, o desenvolvimento contínuo de diretrizes e a constante atualização dos mecanismos de suporte técnico revelam-se essenciais para transformar os desafios da digitalização em oportunidades de evolução institucional. O diálogo permanente entre a academia, o Poder Judiciário e os órgãos reguladores é fundamental para identificar lacunas e promover ajustes que assegurem a efetividade do contraditório e da ampla defesa (Marinoni, Arenhart & Mitidiero, 2015). Assim, o aprimoramento das práticas e a incorporação de boas práticas internacionais podem contribuir para a consolidação de um modelo de justiça digital moderno e inclusivo.

Em síntese, a integração harmoniosa entre inovação tecnológica e a proteção dos direitos fundamentais emerge como imperativo para o sucesso das audiências virtuais. A modernização do Judiciário, quando acompanhada de investimentos em infraestrutura, formação contínua e políticas de inclusão digital, tem o potencial de democratizar o acesso à justiça e fortalecer a democracia no país (Freitas, 2020). Este processo dinâmico e evolutivo, portanto, deve ser continuamente revisitado e aprimorado, de modo a transformar os desafios atuais em oportunidades concretas para a promoção de uma justiça verdadeiramente equitativa.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei nº 11.419, de 19 de dezembro de 2006. Dispõe sobre a informatização do processo judicial. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111419.htm. Acesso em: 08.02.2025

BRASIL. Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015. Código de Processo Civil. Brasília, DF: Presidência da República, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113105.htm. Acesso em: 09.02.2025.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ). Manuais, orientações e recomendações sobre Audiências Virtuais. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br>. Acesso em: 08.02.2025.

ÉLBIA ROSANE SOUSA DE ARAÚJO. Democratizando o acesso à justiça das pessoas com deficiência: Justiça Social e o Poder Judiciário no Século XXI. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2022/02/democratizando-acesso-justica-2022-v2-01022022.pdf>. Acesso em: 09.02.2025.

ÉRICA NASCIMENTO DA SILVA. Audiências Virtuais Cíveis: o (des) acesso digital à justiça nos novos tempos de pandemia. Disponível em: <https://estudogeral.uc.pt/retrieve/221472/ERICA%20NASCIMENTO%20DA%20SILVA.pdf>. Acesso em 09.02.2025

FREITAS, V. Audiências Virtuais e a Garantia da Ampla Defesa no Processo Judicial Eletrônico. Revista dos Tribunais, v. 99, n. 4, p. 583–609, 2020.

GLENDON, Mary Ann; CAROZZA, Paolo G.; PICKER, Colin B. Comparative Legal Traditions: Text, Materials and Cases on Western Law. 5th ed. New York: West Academic Publishing, 2019.

MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Daniel; MITIDIERO, Daniel. Novo Curso de Direito Processual Civil. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

MIRABETE, Julio Fabbrini. Fundamentos de Direito Processual Civil. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MITIDIERO, D. Audiências Virtuais e o Novo Paradigma do Contraditório no Processo Eletrônico. Revista de Processo, v. 45, n. 2, p. 225–244, 2020.

NADER, Paulo. Curso de Direito Processual Civil. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.